(ANEXO I do Edital) e na proposta comercial da empresa contratada apresentada no certame, que passam a fazer parte integrante deste instrumento independentemente de transcrição. VALOR: R\$ 48.670,77
 DATA DE ASSINATURA: 17/10/2017
 VIGÊNCIA CONTRATUAL: 17/10/2017 a 17/04/2018
 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 036/2017 - SECULT
 PROJETO/ATIVIDADE: 8338-0101006356-339039 PTRES: 158338 PI: 4200008338C AÇÃO: 231148 FUNCIONAL PROGRAMÁTICA: 13.122.1297-8338.
 PROJETO/ATIVIDADE: 8338-0101000000-339030 PTRES: 158338 PI: 4200008338C AÇÃO: 231148 FUNCIONAL PROGRAMÁTICA: 13.122.1297-8338.
 SERVIDORA RESPONSÁVEL: FRANCISCO JOSÉ FONTENELE DE CASTRO JUNIOR
 CONTRATADO: LEANDRO DA CRUZ ESTUMANO - ME
 ENDEREÇO: Trav. Dois de Março (Joercio Barbalho), nº 96, bairro Águas Brancas, Ananindeua/PA, CEP: 67.033-340.
 ORDENADOR: Paulo Roberto Chaves Fernandes
Protocolo: 238490

FUNDAÇÃO CULTURAL DO PARÁ

PORTARIA

PORTARIA N.º 482 DE 02 DE OUTUBRO DE 2017

A Presidente da Fundação Cultural do Estado do Pará, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº 4.437, de 20 de agosto de 1986, nos termos da Lei nº 5.322, de 26 de junho de 1986, alterada pela Lei nº 6.576, de 3 de setembro de 2003, alterada pela Lei nº 8.096, de 1º de janeiro de 2015 e pelo Decreto do Governador do Estado do Pará, publicados no D.O.E. nº 32.798, de 1º de janeiro de 2015 e no DOE 33.111 de 19 de abril de 2016.

CONSIDERANDO a Ata do SIMPROS/PA no Processo nº **2013/306711** de 26/06/2013, e o Processo nº **2017/407990** - SIMPROS/PA.

CONSIDERANDO ainda o que dispõe os **Art. 95 c/c e Art. 77, Inciso VII DA LEI 5.810*94(Regime jurídico Único).**

R E S O L V E:

PRORROGAR o afastamento do Servidor **JOSÉ DE RIBAMAR VIRGOLNO BARROSO**, matrícula 5161738/7, ocupante do cargo de técnico em gestão cultural na área de letras, nomeado através do decreto governamental de 10/06/2011 publicado no diário oficial de 16/06/2011 para desempenho de Mandato Sindical - SIMPROS/PA, **até 14/05/2021.**

DÊ-SE CIÊNCIA, PUBLIQUE-SE E CUMpra-SE.

DINA MARIA CESAR DE OLIVEIRA

Presidente da Fundação Cultural do Estado do Pará-FCP

Protocolo: 238483

LICENÇA PRÊMIO

PORTARIA COL. Nº 507 DE 17 DE OUTUBRO DE 2017.

A Presidente da Fundação Cultural do Estado Pará, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº 4.437, de 20 de agosto de 1986, nos termos da Lei nº 5.322, de 26 de junho de 1986, alterada pela Lei nº 6.576, de 03 de setembro de 2003, alterada pela Lei Nº 8.096, de 1º de janeiro de 2015, e pelo Decreto do Governador do Estado do Pará, publicados no DOE nº 32.798 de 01 de janeiro de 2015 e no DOE nº 33.111 de 19 de abril de 2016,

CONSIDERANDO, o que dispõe o art. 98 da Lei nº 5.810, de 24 de janeiro de 1994,

CONSIDERANDO, ainda os termos dos Processos nº 2017/441096; 2017/443220; 2017/438423; 2017/441106; 2017/435007; 2017/435676.

RESOLVE:

CONCEDER Licença-Prêmio aos servidores abaixo:

I - **ANDREA DE FÁTIMA RODRIGUES FERNANDES DOS SANTOS**, mat. 55586452/2, ocupante do cargo de Técnico em Gestão Cultural - Biblioteconomia, 30(trinta)dias no período de 04/12/2017 a 02/01/2018, referente ao triênio 21/06/2012 a 20/06/2015;

II- **ANDREIA DO SOCORRO DA COSTA**, mat.5896351/1, ocupante do cargo de Assistente Administrativo, 30 (trinta) dias no período de 23/10/2017 a 21/11/2017, referente ao triênio 06/01/2012 a 04/01/2015;

III- **DENISE GUIOMAR FRANCO LEAL DOS SANTOS**, mat. 5608600/3, ocupante do cargo de Técnico em Gestão Cultural - Biblioteconomia, 30 (trinta) dias no período de 18/12/2017 a 16/01/2018, referente ao triênio 01/02/2011 a 30/01/2014;

IV- **FLÁVIA CATARINA LIMA DA CUNHA DE FREITAS**, mat. 57222658/2, ocupante do cargo de Técnico em Gestão Cultural - Artes Plásticas, 30 (trinta) dias no período de 02/01/2018 a

31/01/2018, referente ao triênio15/05/2012 a 14/05/2015;

V- **MARIA DE LOURDES MORAES DA SILVA**, mat. 5715026/1, ocupante do cargo de Técnico em Assuntos Culturais, 30(trinta) dias no período de 30/10/2017 a 28/11/2017, referente ao triênio 01/04/2011 a 30/03/2014;

VI- **MYCHELLE LEMOS FREIRE**, mat. 5892351/1, ocupante do cargo Técnico em Gestão Cultural-Arquiteto, 30(trinta) dias no período de 04/12/2017 a 02/01/2018, referente ao triênio 01/09/2014 a 30/08/2017;

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMpra-SE.

DINA MARIA CESAR DE OLIVEIRA

Presidente da Fundação Cultural do Estado do Pará/FCP

Protocolo: 238609

AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO

Modalidade: Pregão Eletrônico nº 029/2017

Objeto: Aquisição de brinquedos, para atender as necessidades da Fundação Cultural do Estado do Pará.

EMPRESA VENCEDORA	VALOR GLOBAL
PLENA NEGOCIOS & SERVIÇOS LTDA - ME	R\$ 12.117,14

Patrícia do Socorro Gomes Sarubbi

Pregoeiro

Protocolo: 238303

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 029/2017

A Presidente da Fundação Cultural do Estado do Pará, considerando a ata de julgamento das Propostas financeiras do Pregão Eletrônico nº 029/2017 - Aquisição de brinquedos, para atender as necessidades da Fundação Cultural do Estado do Pará, homologa o procedimento licitatório por encontrar-se em consonância com a legislação vigente.

EMPRESA VENCEDORA	VALOR GLOBAL
PLENA NEGOCIOS & SERVIÇOS LTDA - ME	R\$ 12.117,14

Belém. (PA), 16 de Outubro de 2017.

DINA MARIA CESAR DE OLIVEIRA

Presidente da Fundação Cultural do Estado do Pará

Protocolo: 238311

DIÁRIA

PORTARIA Nº 506 DE 16 DE OUTUBRO DE 2017

A Presidente da Fundação Cultural do Estado do Pará, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº 4.437, de 20 de agosto de 1986, nos termos da Lei nº 5.322, de 26 de junho de 1986, alterada pela Lei nº 6.576, de 03 de setembro de 2003, alterada pela Lei nº 8.096, de 1º de janeiro de 2015 e pelo Decreto do Governador do Estado do Pará, publicados no D.O.E. nº 32.798, de 1º de janeiro de 2015, e no DOE 33.111 de 19 de abril de 2016,

CONSIDERANDO o que dispõe os arts. 145 a 149, da Lei nº. 5.810, de 24 de janeiro de 1994; e

CONSIDERANDO, o disposto na Resolução nº 16.588, de 28 de fevereiro de 2002, do Tribunal de Contas do Estado, publicada no DOE de 12 de março de 2002 e, o disposto na PORTARIA Nº 448, de 13 de setembro de 2002, da Secretaria do Tesouro Nacional, do Ministério da Fazenda, publicado no DOE de 17 de setembro de 2002 e ainda o que consta no processo nº **2017/441102** de 13 de outubro de 2017,

RESOLVE:

I -Autorizar os colaboradores eventuais abaixo, a viajarem ao município de **ANANINDEUA/PA**, para ministrarem **Oficina de Confeção e Aproveitamento de Vestuários e Acessórios** na comunidade quilombola de Abacatal, nos dias 20,21,27,28/10 e 03,04,10,11,17 e 18/11/2017.

II - Conceder de acordo com as bases legais vigentes **10** (dez) DIÁRIAS aos colaboradores eventuais abaixo, que se deslocarão conforme item I, totalizando **R\$ 950,00** (novecentos e cinquenta reais), a cada colaborador.

NOME	CPF
JEFERSON LUIZ MONTEIRO CECIM	297.686.162-53
MARIA JOSÉ VIEIRA BELTRÃO DA SILVA	770.866.942-15

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMpra-SE.

DINA MARIA CESAR DE OLIVEIRA

Presidente da Fundação Cultural do Estado do Pará/FCP

Protocolo: 238537

OUTRAS MATÉRIAS

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 001 / 2017, DE 06 DE OUTUBRO DE 2017.

REGULAMENTA O SISTEMA DE CADASTRAMENTO VIRTUAL DE PRESTADORES DE SERVIÇOS NA ÁREA DA ARTE E CULTURA EM AÇÕES PROMOVIDAS PELA FCP.

A PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO CULTURAL DO ESTADO DO PARÁ-FCP no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei 5.322, de 26 de julho de 1986, alterada pela Lei 6.576, de 3 de setembro de 2003, alterada pela Lei 8.096, de 1º de janeiro de 2015, publicada no D.O.E. nº 32.798, de 01 de janeiro de 2015, fls.35,

RESOLVE:

Art. 1º. Instituir a presente **Instrução Normativa** com vistas a regular o cadastro virtual de prestadores de serviços na área da arte e cultura, em ações referentes a cursos & oficinas, *workshops* e palestras, promovidas pela **Fundação Cultural do Estado do Pará-FCP**.

Parágrafo único - Para fins desta **Instrução Normativa** consideram-se:

Curso e oficina: aulas práticas em educação não formal com conhecimentos e procedimentos complementares de formação geral e/ou técnica em diversas linguagens artísticas, especialmente na área da arte e do ofício, consistindo no detalhamento de determinado assunto ou conjunto de temas com o foco de "treinar" ou "ensinar a fazer";

Workshop: atividade didática e educativa com caráter de treinamento objetivando aprofundar a discussão sobre temas específicos, mediante casos práticos; o público participa intensamente com vistas a detalhar um determinado assunto de modo mais prático; a dinâmica da sessão divide-se em 3 (três) momentos: exposição, discussão em grupos ou equipe e conclusão;

Palestra: apresentação oral formal, perante uma platéia, de uma comunicação sobre um tema considerado importante ou pertinente na área da arte e cultura;

Art. 2º. A remuneração pelos serviços obedece ao estabelecido

no **Anexo 2** deste instrumento legal.

Art. 3º. Os prestadores de serviços devem preencher cadastro com acesso disponível no site da <http://www.fcp.pa.gov.br>, contendo:

I - Indicação da área de atuação;

II - Currículo e comprovação documental de experiência relacionada à área de atuação;

III - Proposta de ações formativas a serem ministradas com descrição, objetivos, metodologia, público-alvo;

IV - Cópia digitalizada legível de Carteira de Identidade e CPF;

V - Cópia do cartão do PIS/PASEP ou NIT ou qualquer documento que demonstre a numeração do mesmo; e

VI - Comprovante de residência.

Art. 4º. A escolha dos prestadores de serviços é balizada por:

I - Necessidade de realização do objeto (curso/oficina, *workshop*, palestra);

II - Conhecimento e experiência comprovados na(s) área(s) pertinente(s);

III - Autenticidade e validade dos documentos anexados ao cadastro;

IV - Avaliação satisfatória da unidade da FCP responsável pela execução e acompanhamento da ação, para aqueles que já tenham prestado serviços ao órgão após a implantação e funcionamento do cadastro virtual;

V - Pertinência da proposta de trabalho apresentada.

Parágrafo 1º - A unidade solicitante da FCP deve avaliar os cadastros, as documentações e as propostas, apresentando justificativa fundamentada acerca da escolha do profissional a prestar serviços dentre os cadastrados no sistema.

Parágrafo 2º - O prazo mínimo antecipado de 10 (dez) dias úteis contados do início da execução do objeto deve ser observado pelo setor solicitante para o encaminhamento ao ordenador de despesa do pedido de contratação, a fim de que se averigue, em tempo hábil, a forma de contratação possível e os documentos pertinentes, sob pena de não autorização da mesma.

Art. 5º. O prestador de serviço cadastrado e selecionado de forma fundamentada deve assinar o termo constante do **Anexo 1** desta Instrução Normativa, declarando ciência sobre o seu teor e cláusula de foro para dirimir eventual dúvida.

Art. 6º. A realização do cadastro não gera direito ao cadastrado em ser chamado para a prestação de serviços. Esta só pode ocorrer conforme: a demanda dos programas e projetos da FCP; a disponibilidade orçamentária existente; e o atendimento aos critérios constantes do Art. 3º.

Art. 7º. Os cadastrados que prestarem serviços só podem fazê-lo até no máximo 3 (três) meses consecutivos ou intercalados, por